

Caboclo: pioneirismo e marginalização*

*Jaci Poli***

Introdução

Uma abordagem sobre o Oeste Catarinense exige algumas considerações preliminares. A primeira é a definição da própria abrangência regional.

O Oeste aqui abordado é o primitivo Chapecó, hoje desmembrado em pouco menos de 70 municípios. Para que se possa entender como todo esse território chegou ao que é atualmente, necessário se faz estudar desde a penetração dos pequenos grupos humanos até os diferentes fluxos migratórios que se sucederam. Mais do que saber as datas de fundação das cidades e a chegada de seus "líderes", preciso se faz estudar a população que deu consistência ao descobrimento regional e fundamentou a ação destes líderes, pois é a partir da massa anônima, que a história desabrocha.

Em linhas gerais, no povoamento regional, podem ser visualizadas três fases de ocupação, cada uma com atividades econômicas características:

- fase de ocupação indígena: até meados do século XIX, afora algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era território tradicionalmente ocupado pelos índios Kaingang;

- fase cabocla: a população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos. A principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e a menos estudada de todas;

- fase da colonização: caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio

Grade do Sul pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terra das colonizadoras, formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo.

A partir da definição destas fases, urge efetuar um estudo aprofundado de todos os momentos dessa evolução. O trabalho ora apresentado preocupa-se, em interpretar as características da ocupação cabocla, geralmente relegada a segundo plano em função de sua pouca expressão econômica. Quase sempre pobres, raramente proprietários das terras que exploravam, estes caboclos desbravaram os sertões, embora, via de regra, seja menosprezada a importância de sua contribuição, por terem uma filosofia de vida divergente com a dominante nas atuais comunidades.

No entanto, entendê-los é fundamental; lembrá-los torna-se uma obrigação iniludível e estudá-los, uma necessidade histórica.

O velho Chapecó e a propriedade da terra

Na região Oeste, no início do século, havia a “terra de ninguém”, “terra devoluta”, ocupada por um pequeno número de habitantes que não possuíam a propriedade da terra que exploravam. Poucas áreas tinham proprietários e nem mesmo as grandes colonizadoras haviam tomado posse das terras. A região toda constituía o chamado “Velho Chapecó”. Da área originalmente formada do território chapecoense, em diferentes épocas, foram desmembrados em mais de 60 municípios, incluindo o próprio município de Chapecó.

O caboclo, desbravador do oeste catarinense

Quando se pesquisa o contingente populacional formador das primeiras comunidades do oeste catarinense, percebe-se uma predominância marcante de luso-brasileiros, pouco conhecidos, aos quais aplica-se hoje a denominação de caboclos.

Os levantamentos feitos, tanto nos registros eclesiásticos como nos cartoriais, pelos pós-graduados do curso de história (convênio UFSC/FUNDESTE) que remontaram às épocas mais antigas de vários municípios do oeste catarinense, constataram que comunidades, hoje com populações preeminentemente alemã ou italiana, receberam, no seu início, o aporte étnico luso-brasileiro.

O levantamento dos casamentos realizados no início do século em Xanxerê, Abelardo Luz, Xaxim, Chapecó e Modelo confirmaram o fato de que luso-brasileiro foi o verdadeiro pioneiro na penetração e desbravamento do sertão catarinense. A pesquisa demográfica em Modelo, por exemplo, mostrou duas fases bem diferenciadas:

a) primeira fase (1928-1947): população puramente luso-brasileira;

b) segunda fase (1948-1958): ação das empresas colonizadoras para gradual diminuição da participação do luso-brasileiro na formação populacional .

O estudo da evolução demográfica do Oeste Catarinense permite deduzir que, na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas.

Esses poucos núcleos caboclos originaram-se, basicamente, dos pousos, ao longo da estrada de Palmas às Missões e da exploração dos ervais no período de trânsito das tropas.

O caminho da tropas de Palmas às Missões

A região das minas, no Estado de Minas Gerais, e dos cafezais, no Estado de São Paulo, necessitavam importar alimentos, principalmente carne, que eram produzidos ali.

Como no Rio Grande do Sul foram descobertos grandes rebanhos de gado "xucro", isto é, que se criam soltos no campo, os paulistas começaram a empreender o transporte desse gado para a região, onde seriam abatidos a fim de alimentar os trabalhadores das minas e cafezais.

Em 1728, foi descoberta uma estrada ligava Viamão (RS) a São Paulo, passando através dos Campos de Lages, por onde começou a ser transportado esse gado. Por muitos anos, foi o único caminho para o trânsito das tropas, e, no seu trajeto, foram se formando muitas fazendas e vilas, iniciadas, principalmente, nos locais de pousos que se espalharam ao longo de toda a estrada.

Assim surgiram Lages, Curitibanos, Campos Novos e São Joaquim como as principais vilas, onde se localizaram as maiores fazendas de criação do Planalto catarinense.

Nesta época, todo o planalto e oeste de Santa Catarina atuais pertenciam à província de São Paulo e não existia nenhum caminho permanente de comunicação com o litoral catarinense. Quando, em 1820, Lages foi incorporada ao território catarinense, os tropeiros passaram a pagar impostos sobre o gado em trânsito, tornando mais cara a carne.

Enquanto se formava a região do planalto catarinense, os paulistas já estavam penetrando nos campos de Guarapuava, ocupados pelos índios Kaingang. Em 1810, uma expedição comandada pelo Tenente Coronel Diogo Pinto Azevedo Portugal inicia a formação de fazendas de criação de gado em Guarapuava e Palmas (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 1984).

As fazendas eram muito importantes para os portugueses por duas razões:

- primeiro, pela necessidade cada vez maior de produção de alimentos para a região dos cafezais;

- segundo, pela necessidade de tomar posse do imenso território formado pelo Paraná e Oeste Catarinense. Esta região, completamente desconhecida dos portugueses, era ocupada por índios Kaingang, que tinham ali seu território tradicional. As fazendas eram a forma mais rápida e barata de ocupar territórios, por atingirem extensões sem necessidade de uma população muito numerosa. Foi assim que nos Campos de Guarapuava formaram-se diversas fazendas, que foram ocupando todo o espaço de campos próprios para a criação do gado.

Os índios, que haviam sido atraídos para uma aproximação com os brancos, informaram da existência de outros campos, mais ao sul, que despertaram o interesse dos guarapuavanos. Em 1838, formou-se uma expedição que foi em busca de novos campos, chamados de “Campos de Palmas”. A ocupação ocorreu rapidamente, com a formação de 37 fazendas, cujo centro era a Vila de Palmas.

Como o número de pessoas interessadas na formação de suas criações era demasiado grande para instalar todas em Palmas, houve uma distribuição entre os que participaram das expedições, e muitos seguiram mais a Oeste, tendo chegado até os Campos do Erê, onde atualmente está localizado o município de Campo Erê.

Com a consolidação da ocupação de Palmas, o governo paulista pensa em conseguir uma ligação com a região das Missões, no Rio Grande do Sul.

A importância do caminho era incontestável, em função da redução da distância no transporte de tropas para São Paulo, ao mesmo tempo que permitia maior certeza de que o território seria definitivamente considerado brasileiro.

A região das Missões do Rio Grande do Sul havia sido conquistada pelos espanhóis em 1801, mas o território entre os rios Iguaçu e Uruguai permanecia com seus limites bastante indefinidos.

A frente pastoril, que se instalara na região de Palmas e Guarapuava, estendendo-se até Campo Erê, conseguira assegurar a posse de grande área no atual sudoeste do Paraná. Mas ainda torna-se incipiente a presença brasileira na região de matas, onde a criação de gado era mais difícil, pois dependia do trabalho do desmatamento.

A ocupação dos campos de Palmas deu-se de forma bastante improvisada:

A oligarquia campeira nunca se preocupou em colonizar as áreas que não fossem de campos, justamente em função das dificuldades que teriam que enfrentar. A

ocupação foi se desenvolvendo em forma de arquipélagos, com imensos vazios demográficos, ficando a cidade ou vila apenas como um apêndice dos campos de criação (WACHO-WICZ, 1985).

Outro aspecto interessante a ser observado é que, com a atividade pecuária, surgiu um preconceito bastante forte contra a agricultura. As pessoas preferiam trabalhar como peões ou tropeiros do que agüentar o cabo de uma enxada ou a barra de um arado. A atividade pecuária dava mais “status”.

A agricultura era desenvolvida somente em regiões onde se instalavam os excessos populacionais que se afastavam dos campos e que produziam alimentos, normalmente fornecidos também às fazendas.

Com a certeza de que um caminho ligando Palmas às Missões rio-grandenses era cada vez mais necessário para a definitiva incorporação do território ao Brasil, em 1845, o Alferes Francisco da Rocha Loures foi encarregado da abertura da estrada. Como a picada teria que passar pelo território de índios hostis à presença do branco, o encarregado preocupou-se em conseguir a ajuda do cacique Vitorino Condá, que conhecia bem a região, ao mesmo tempo que poderia contornar as dificuldades junto aos índios, pela sua grande ascendência sobre eles. Condá não poupou esforços para ajudar Rocha Loures, que havia sido seu companheiro de infância. Ao mesmo tempo, a província do Rio Grande do Sul procurou ajudar, através do envio de missionários para a região de Nonohay, com a função de promover o aldeamento dos indígenas. (WACHOWICZ, 1985).

Segundo estudo realizado pelo CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL SUL, (1984), o roteiro da estrada, a partir de Palmas, foi o seguinte: cruza o rio Chapecó e Chapecozinho; passa pela Campina Do Xanxerê, Serra do Tigre, Passo Ferreira, Passo do Carneiro (mais tarde chamado de Passo Bormann), Goio-En e Vila de Cruz Alta.

A Vila de Cruz Alta liga-se com a estrada de Vacaria às Missões, já frequentada desde a formação do caminho de tropas através dos campos de Lages.

A região missioneira já era bastante conhecida e com o trânsito das tropas, houve a formação de pousos ao longo do caminho, apesar da falta de estrutura que apresentava.

O novo caminho, porém, tinha a grande vantagem de permitir o transporte do gado, sem necessidade de parada para a engorda e descanso.

A nova estrada passava por uma região rica em ervais, cuja descoberta se transformava em grande atrativo para a exploração, em função do crescimento da indústria ervateira, principalmente no Paraná.

À medida que as tropas começaram a circular, os ervais ao longo da estrada passaram a ser explorados com mais intensidade.

Na margem do rio Uruguai, os argentinos de Corrientes penetravam cada vez mais em território brasileiro, em busca da erva oestina, por ser um negócio muito lucrativo. Para dar infra-estrutura à exploração, foram instaladas diversas feitorias ao longo do rio. Manoel Marcondes de Sá (apud WACHOWICZ, 1985) afirma que essas feitorias eram todas de brasileiros que estabelecidos em Corrientes.

A penetração dos argentinos era preocupante para o governo brasileiro, em função da questão de limites que ainda estava indefinida. A construção da estrada trazia esperança de povoamento e ocupação, o que determinava que o território fosse incorporado definitivamente ao Brasil.

O trânsito mais intenso dessas tropas provocou o surgimento de diversos pousos, iniciando uma penetração significativa de brasileiros que buscavam a exploração dos ervais ao longo da estrada.

Tendo em vista que a importância da estrada resumia-se a ser caminho das tropas, o povoamento limitou-se aos pousos e à exploração da erva-mate que era comercializada principalmente com os argentinos, utilizando-se o Rio Uruguai para seu transporte.

A preocupação brasileira com a definição de fronteiras provocou a abertura de um novo caminho que ligava a região a Corrientes, facilitando sensivelmente a penetração brasileira na área.

Em 1862, o Major Manoel Marcondes de Sá é encarregado do serviço e deveria abrir a fronteira através do divisor de águas, entre os afluentes do rio Uruguai e Iguaçu, bem no centro da região contestada.

Manoel Marcondes de Sá formou sua expedição com trabalhadores vindos da Corte, alguns contratados em Palmas e mais 37 índios Kaingangs comandados por Vitorino Condá (WACHOWICZ, 1985).

A estrada partiu dos campos de Palmas em direção a oeste, passando por Campo Erê, que era a mais ocidental ocupação portuguesa. A situação em Campo Erê, conforme descrição de Marcondes de Sá, (apud WACHOWICZ, 1985, 6.33), era “vexatória e condicionadora à indolência e à miséria” pela grande dificuldade de comunicação com as regiões mais povoadas, como Palmas.

Além de ser uma forma de desmontar o bando do território, o caminho tinha como objetivo fundamental conseguir atingir a região de Corrientes, produtora de muars, cuja utilização facilitaria o transporte para os cafezais paulistas, onde esses animais eram fundamentais ao transporte.

Os pousos, ao longo dessa nova estrada, transformaram-se em pontos de povoamento, ao mesmo tempo que tornaram mais atrativas as terras, que eram ricas em ervais e madeira nobres.

O contingente populacional existente à época era formado quase exclusivamente de caboclos (cuja a atividade principal era a coleta da erva-mate e o plantio de pequenas roças para a produção de alimentos necessários à sobrevivência) e de índios, normalmente deslocados de seus grupos e já pouco arredios a presença de brancos.

A erva-mate era vendida aos argentinos que circulavam livremente em busca do produto.

Podemos considerar a fase de formação das fazendas e abertura dos caminhos como a “fase pecuária”, que promoveu uma aproxi-

mação bastante grande com a região, tendo, inclusive, conseguido a maior e mais profunda penetração populacional no Oeste. Isto converteu-se num dos maiores argumentos brasileiros para a preservação do território sob seu domínio, mas não conseguiu trazer o efetivo povoamento e ocupação do território.

O interior do Oeste não foi conhecido e nem explorado, embora houvesse a certeza da existência de muitos outros ervais, tão ou mais abundantes que os já conhecidos.

Naturalmente, não se pode considerar como frustrada a tentativa de ocupar o território, embora seu sucesso não possa ser considerado pleno. O Oeste foi, basicamente, um roteiro a ser vencido por uma estrada sem, contudo, ter sido considerado como região a ser ocupada e desenvolvida. A sua maior importância residia na diminuição da distância percorrida pela tropas e na fuga dos impostos intermediários, pagos em Lages pelos tropeiros. Necessário se faz, porém, reconhecer que se produziram condições de aproximação suficientes para uma futura integração regional à economia brasileira.

Não tendo conseguido produzir efeitos de colonização suficientes para assegurar os domínios brasileiros, mais tarde, houve necessidade de formação das colônias militares de Chapecó e Chopim.

A Colônia Militar de Chapecó

O oeste Catarinense foi alvo de duas disputas de limites, ou seja, a disputa entre o Brasil e a Argentina e a disputa entre Santa Catarina e Paraná.

A pendência da região com Argentina teve origem ainda antes da independência de ambos os países, com o tratado de Santo Idelfonso em 1777.

As posses ibéricas foram definidas de seguinte forma:

a) Rio Uruguai, antigamente denominado de Goio -Em;

b) Rio Iguaçu, antigamente denominado de Grande ou Curitiba;

c) A faixa intermediária entre esses dois vales.

No tratado de Santo Idelfonso, as divisas foram definidas como nos rio Peperi-Guaçu e Santo Antônio, mas as comissões demarcadoras nunca definiram claramente a localização dos referidos rios.

Em 1881, os argentinos informaram ao Brasil que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio do tratado, eram os rios Chapecó e Chopim, e reivindicavam para seus domínios a área compreendida a eles. Para o Brasil, não havia como discutir uma solução em que houvessem a perda do território (WACHOWICZ, 1985). Após esse episódio, o governo imperial brasileiro resolveu instalar as colônias militares de Chapecó e Chopim, visando assegurar a posse do território em questão.

No ano de 1888, os argentinos retificaram a interpretação da questão, afirmando que o Rio Peperi-Guaçu (afluente do Uruguai), era o Rio Chapecó, e o Rio Santo Antônio era o Rio Jangada (afluente do Iguaçu) (WACHOWICZ, 1985).

No período dessa disputa com a Argentina, a erva-mate era a principal atividade econômica da região. Os argentinos foram os primeiros a conhecer e explorar esses ervais abundantes.

A primeira atividade oficial brasileira foi a abertura do caminho para as missões do Rio Grande do Sul, passando essa região a ser considerada apenas como parte da estrada. Os argentinos, mesmo depois da abertura, continuaram a manter vínculos comerciais com a população local durante o "ciclo" da erva-mate e, mais tarde, no "ciclo da madeira".

O único mercado que adquiria o produto dessa região era o argentino e, quando os brasileiros abriram o caminho de tropas, eles já tinham feitorias a barbaquás instalados. Quando o mercado interno começou a adquirir madeira oestina, os argentinos estavam importando madeira havia quase 50 anos.

A ação governamental brasileira preocupou-se somente em promover ações necessárias para garantir a posse do território, sem preo-

cupar-se muito com o desenvolvimento econômico e social do Oeste Catarinense.

Pelo decreto n.º 2.502, de 06 de janeiro de 1859, o governo imperial criou as colônias militares de Chapecó e Chopim. (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 1984; PIAZZA 1982).

A instalação da colônia foi, porém, bastante retardada e somente em 1880 o Capitão José Bernardino Bormann foi encarregado da instalação da Colônia Militar de Chapecó, o que aconteceu em março de 1882 (PIAZZA, 1982).

A Colônia Militar de Chapecó foi localizada na Campina de Xanxerê, em região próxima ao caminho das tropas, abrangendo uma área de quarenta e oito léguas quadradas e composta de famílias de colonos.

Conforme o decreto de criação, essa Colônia poderia distribuir títulos de terras e promover a colonização da região. No artigo segundo do Decreto de Criação é colocada, como finalidade básica da Colônia, a proteção dos habitantes dos Campos de Palmas contra os índios, ao mesmo tempo ela mesma deveria promover a catequese e a civilização dos silvícolas (PIAZZA, 1982).

Como afirma Walter Fernando Piazza (1982), a colônia teve uma evolução bastante significativa:

- Em 1884, era composta de 58 casas;
- Em 1885, setenta e quatro casa com 190 pessoas mais o destacamento militar;
- Em 1886, funcionava duas escola, uma diurna para 26 crianças, e uma noturna para 22 praças do destacamento;
- Em 1893, possuía 124 casas de colonos e onze edifícios públicos.

Segundo Coelho dos Santos, a Colônia Militar do Chapecó, “no período compreendido entre 1882 e 1910, distribuiu 55 títulos de propriedade a agricultores...” . (SANTOS, 1977, p. 28).

Conforme o Sr. Teodomiro de Aguiar, cada colono recebeu a quantia de cento e doze alqueires de terra: “Aqui era colônia militar, então só tinha cento e doze alqueires, que cada um tinha direi-

to. Cada colono... com dezesseis ano emancipou-se a colônia, então saiu e os colonos ficaram aqui ¹".

Percebe-se que a presença dessa colônia foi fator importante para a divulgação da potencialidade econômica do Oeste. Quando ocorreu o Julgamento da questão de limites (1895), houve um estudo aprofundado sobre os redutos povoados, com o mapeamento de toda a área, buscando argumentação suficiente para convencer os intermediadores de que esta região deveria ser brasileira.

O sucesso da colônia teve como principal baluarte a abundância da erva-mate na região, de tal forma que os colonos que recebiam as terras tinham no seu corte e venda a única maneira de conseguir dinheiro.

A Formação de lavouras respondia apenas à necessidade de subsistência, em função da existência de mercado e de condições para o transporte dos produtos a outras regiões, para comercialização.

Enquanto perdurou a exportação da erva-mate e seu preço se manteve alto, mantiveram-se boas as condições de vida dos seus habitantes. Não obstante, como a exploração da erva não exigia estradas muito boas, poucas foram abertas e a comunicação dos colonos com suas terras era feita por picadas. Tendo em vista que a colônia militar foi desativada, por volta de 1908, enquanto permanecia bem dinâmica esta atividade extrativo-comercial, ficou a população aí radicada com reais possibilidades de progresso econômico. Ao contrário, quando houve a queda da exportação da erva-mate, os compradores do produto extraído em Xanxerê desapareceram e a situação dos habitantes se tornou-se quase insuportável. Muitas pessoas passaram a não contar mais com esse dinheiro para adquirir os produtos básicos de manutenção.

Como testemunhou Teodomiro de Aguiar, após a queda do preço da erva, a vida passou a ser miserável e o comércio praticamente desapareceu: "Aqui, naquele tempo (Década de 20), nós vivia que nem bicho. A única coisa que vinha no começo até vinte, vinha então os compradô de erva, tinha aqui movimento. Depois

baixou, não havia preço da erva, então desmoronou tudo. Aqui não tinha mais jeito quase prá vivê ².”

Como a condição básica para que o título de propriedade fosse definitivo era a efetiva ocupação e exploração da terra, muitas dessas áreas voltaram a ser devolutas, por não terem sido demarcadas e confirmados os seus registros.

A maioria dos donos dessas terras não detinham condições para promover a demarcação, porque o custo era imputado a quem a solicitasse. Diante dessa razão e em função da miséria em que viviam, grande parte deles vendeu as terras por preços bastante baixos.

Conforme Teodomiro de Aguiar narra em sua entrevista, quando chegaram os compradores de terra, interessados nos pinhais existentes, os colonos vendiam logo as terras, pois nunca tinham visto tanto dinheiro que estavam recebendo.

Falando sobre a violência da região de Xanxerê, a partir de 1918, quando foi morar no local, dizia que “... da erva-mate não tinha tanta. Agora o pinhal tinha. Depois começô a vim prá mão dos ricos, dos grandes...”³

Nesta entrevista com Teodomiro de Aguiar, percebe-se que os colonos da colônia militar eram pobres e sem capital para promover a exploração das riquezas (o pinhal e a erva). Os “grandes”, citados por Teodomiro, provinham do Rio Grande do Sul e exerciam uma pressão muito forte para que esses colonos vendessem a terra ou os pinhais.

Com a venda, os colonos procuravam melhorar a vida e conseguir o que a terra não lhes dava. A grande maioria deles, porém, continuou na região como peão dos madeireiros que começaram a se instalar, danos as terras.

“Eu tinha bastante terra, tinha ganhado, mas me vi obrigado a vender, prá não ter, não havê desastre na família.”⁴

Quando falava sobre os donos da terra, o Sr. Teodomiro de Aguiar dizia:

Uma parte tinha que era dos colonos da colônia militar. Eles ganharam a terra. Esses colonos entraram essa colônia durou dezesseis ano... Mas veio depois, mais tarde um pouco, os outros interessados e compravam. Eles não sabiam o que tinham, mesmo não valia nada, porque essa terra tava na mão da pobreza. Aquele que era pobre, que tinha a terra e aí começo a vim preço, então vieram comprando⁵.

Mesmo quando não queriam, alguns colonos viam-se obrigados a vender a terra ou o mato, por não terem condições de explorá-los. Tentados pelas propostas ou por medo dos problemas, muitos deles cediam.

Em entrevista realizada por Maria Aparecida dos Santos, aluna de curso de pós-graduação em História, uma cabocla de 115 anos, D. Maria Gertrudes Pedroso, residente no interior do município de Xaxim, e que viveu em área concedida pela Colônia Militar, fala que os colonizadores, ao chegarem à região, não pediam se o caboclo queria vender a terra, mas afirmavam que ele tinha que vender porque não eram capazes de aproveitá-la e eles precisavam para vendê-la a colonos que poderiam produzir bastantes coisas. Ainda, alegavam que era muita terra para um morador só e que eles deveriam vender para permitir que outro aproveitasse: "Você tem que vender esse pedaço de terra prá mim. Você tem que vender, ele não disse: você quer vender ou não."⁶

Poucos colonos reunidos por José Bernardino Bormann mantiveram a propriedade de suas terras. Alguns, no entanto, venderam a maior parte ficando com uma pequena parte que lhes permitisse a sobrevivência.

O afastamento do colono caboclo de sua terra, demonstra que alguma coisa não deu certo na formação da colônia militar. Realmente os colonos possuíam poucas condições de formação de lavouras capazes de produzir os excedentes que os colonizadores tanto queriam. As razões dessa baixa produtividade podem ser diversas: no início, não havia comércio para os produtos da roça e a erva-mate, abundante em suas terras, era muito procurada. Com a

queda da erva, a volta ao trabalho na lavoura não aconteceu, a não ser para produzir o mínimo necessário para a sobrevivência. Em função da falta de recursos, da falta da força e por ser urgente conseguir algum dinheiro, preferiam trabalhar como peões de algum madeireiro ou de outro colono.

Vendendo suas terras, passaram a transitar como posseiros nas áreas em que acampavam. Quando se tornaram posseiros, quase na totalidade, o seu relacionamento com a terra e com seus vizinhos adquirira características muito particulares. "...cada um que não era proprietário, fazia uma dívida, um respeitava o outro, compreende o senhor né. Intão o senhor fica trabalhando, dentro do que lhe pertencia, e o outro também ⁷."

A comunidade de posseiros caboclos procurava definir as suas próprias divisas, através das picadas. Cada posseiro respeitava essas divisas.

Nós plantava bastante milho prá tratá a criação porque o comércio não tinha, não tinha estrada, feijão prá comê e juntamente, o finado pai criava animal e tinha um vizinho que tinha um burro especial. Botava em produção as éguas né, prá produzir, nós tinha vaca de leite, e o porco criava bem, né, mas tinha que cumê porque não tinha exportação, não tinha estrada .

É a roça cabocla, produzindo alimentos (milho, feijão, arroz, batata, mandioca, batatinha), além dos animais necessários para a manutenção e transporte (porco, vacas, mulas), mas sempre para o consumo próprio, porque não havia comércio, nem estradas. A mula, resultante do cruzamento do jumento com a égua, pela sua grande resistência, era o animal preferido, quer para montaria, quer para transporte de cargueiros.

Em todo o Oeste, o caboclo raramente conseguiu se manter como proprietário. Por isso, formou-se, em quase toda a área, a mão-de-obra assalariada das indústrias madeireiras.

Muitos deles foram se interiorizando, à procura de terra que ainda não estivesse sob o controle de a madeireiro ou colonizador, para que

pudessem ocupar sem que ninguém os perturbassem. Na realidade, o colono da Colônia militar apareceu na região para a formação de uma população de despossuídos que gravitavam ao redor das grandes empresas exploradoras de madeira ou colonizadoras.

A partir das últimas décadas do século passado, durante a existência da Colônia Militar, apareceu na região oeste catarinense e sudoeste do Paraná, o luso-gaúcho, trazido em função da Revolução Federalista de 1893. José Bernardino Bormann, comandante da Colônia, não fez restrição à penetração em função da necessidade de povoamento que representavam. (WACHOWICZ, 1985).

Apropriação da terra e o afastamento do caboclo

Na maioria das áreas do povoamento no Oeste Catarinense no início do século, e mesmo em ocupações anteriores, a melhor forma encontrada para conseguir acesso à terra era o intrusamento ou posse.

A propriedade da terra era difícil de ser conseguida, principalmente pelos entraves burocráticos. Poucos tinham condições culturais para o conhecimento dessa estrutura. O caboclo não teve muitas condições para se escolarizar era normalmente analfabeto. Sua filosofia de vida contrastava com a filosofia capitalista.

Rui WACHOWICZ (1985), referindo-se à ocupação e colonização do sudoeste do Paraná, coloca que a população pobre, para conseguir a terra, tinha que tomar posse. Na região de campos, a presença desses posseiros era tolerada pelos ricos fazendeiros e donos de sesmaria pelas seguintes razões:

- Como as sesmarias e fazendas só produziam para exportação, esses posseiros eram praticamente os únicos fornecedores de alimentos básicos produzidos em suas roças caboclas.

- Com o tropeirismo, os posseiros que se instalavam ao longo dos caminhos eram importantes para o abastecimento das tropas.

- Por ser pobre, o posseiro abria suas roças na mata e começava a produzir alimentos essenciais, sem onerar os cofres públicos.

- O posseiro, geralmente, localiza-se na “frente da frente” de comercialização. Com o seu desbravamento, facilitava e barateava a instalação de propriedades e colonizações.

- A existência dessa “frente da frente” canalizava os indivíduos mais incômodos e turbulentos para fora das regiões mais tradicionais de colonização, aliviando as tensões. O sistema de posses era itinerante e nunca definitivo. Com a chegada dos agricultores, esses posseiros eram desalojados por compra da posse ou expulsão (WACHOWICZ, 1985).

Percebe-se uma similaridade muito grande da situação anterior com a situação dos habitantes do antigo Chapecó e mesmo com a dos caboclos da área do contestado, assim descrita por Marli Auras (1984, p. 30): “Aos que não tiveram a ventura de pertencer a esse privilegiado grupo, (proprietário), restava ainda, o acesso às terras mais distantes, ou o uso daqueles pedaços não próprios para a prática pastoril.”

Com a instituição da propriedade privada e com as concessões de grandes áreas a quem tivesse prestígio político, os habitantes passaram a ser empurrados para terras mais distantes, onde não havia a colonização ou reclamação da terra pelos proprietários, ou, então, permaneciam onde as terras não prestavam à exploração pecuária ou para as atividades agrícolas mais racionalizadas.

Também retratando a precária condição do caboclo oestino, o depoimento de Breves (apud CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 1984, p. 55) deixa entrever claramente o choque de interesses entre a classe dominante, que ele mesmo representava, e os caboclos, quando registra: “Havia entre os caboclos de Chapecó, a respeito das terras, uma falsa concepção do que era posse: eles confundiram intrusamento com posse...”

As áreas devolutas, de propriedade do Estado, eram as preferidas pelos posseiros para ocupação e posse.

O governo imperial, o republicano, bem como os provinciais e posteriormente os estaduais, optaram claramente pela colonização de origem estrangeira. Com isso tornou-se prioritária a forma-

ção de frentes de colonização. No oeste de Santa Catarina, o surto colonizador foi se acentuando após a solução da questão de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, em 1916. Essa nova frente agrícola tinha como principais núcleos incentivadores as colônias instaladas no Norte do Rio Grande do Sul, compostas por descendentes de imigrantes, principalmente italianos. “O que vai ocorrer, então, no Oeste Catarinense, é a expulsão sistemática dos caboclos de suas terras, para dar lugar à entrada dos imigrantes e descendentes (esses vindos do Rio Grande do Sul) que recebiam das colonizadoras títulos da terra adquirida” (CIMI, 1984, p. 55).

A penetração do caboclo para o interior foi ocorrendo paulatinamente, sempre fugindo à penetração da colonização e à institucionalização da propriedade privada da terra. O caboclo, normalmente, se via rejeitado pelas novas comunidades de colonos proprietários das terras que ocupavam. “Olha, diretamente, quando comprava, que eles entravam mais mato a dentro, compreende? Pega a família dele, fazia um pique, arrumava um lugar bom de terra boa, porque terra boa essa região é, né, intão e... uma água boa. E o home entrava lá com a familinha dele, trabalhá né vivê a vida”⁹.

Normalmente, nas colonizações mais recentes, os colonizadores usavam a estratégia de dar ao caboclo ocupante, a oportunidade de adquirir a área de que era posseiro, sempre com a certeza de que o caboclo não teria dinheiro para pagar a terra. Pela forma de assédio, o caboclo obrigava-se a abandonar aquele ofício e entrar no mato adentro em busca de um lugar para construir sua toska casinha e produzir alimentos para sua sobrevivência, o que Marli Auras denomina de “Mínimos Vitais”.

A colonização das áreas, através da venda de terras a colonos, institucionalizou a expulsão dos caboclos posseiros, que passaram a ser chamados de intrusos. Em todos os lugares sempre houve intrusos que precisavam ser afastados para que os colonos pudessem ocupar a área e produzir.

A formulação capitalista fundamentada na propriedade da terra, fez com que o caboclo não conseguisse conviver com a colonização patrocinada pelas companhias colonizadoras. Simplesmente pelo fato do caboclo não se preocupar com a acumulação de bens, não tinha dinheiro suficiente para adquirir uma propriedade (POLI, 1987, p.3).

Como o caboclo não produzia excedentes, nunca conseguia dinheiro suficiente para comprar uma propriedade e construir uma casa mais confortável. Para Wenceslau de Souza Breves:

Cedo ficou evidente que, também... os caboclos em geral não pensavam em ser proprietários. O ideal para eles, seria continuar intrusos. Isso lhes dava várias vantagens: não pagariam impostos, não se sentiriam na obrigação de fazer uma boa roça, visto ali estarem provisoriamente e terem facilidade de mudar quando quisessem muito ao gosto deles (BREVES, 1985, p. 32).

Mas o caboclo não vivia somente na sua roça. A caça e a pesca foram fundamentais na formação de sua dieta alimentar.

-Depois, era um lugar de muita caça, tinha muito carneiro chupador de anta, né ¹⁰.

Bueno, quá comida era fácil, né. Nós ia caçá, isso ali, até propriamente a gente tendo carne, né. I nós prantava mandioca, arrois, batata doce milho a vontade... porque caça era uma coisa terivle... o senhor descia ali no riozinho Saudade, de tardinha, mas se o senhor ficava sentado uma hora ali com uma latinha de minhoca, dessa tarairazinha burdoguida, o senhor fazia varada ¹¹.

Pela forma como coloca o caboclo, a roça produzia a complementação ao alimento coletado, à caça à pesca. Para eles, que penetrava os sertões para morar, a alimentação era uma preocupação muito pequena. "A transformação da terra em bem de produção acarretou a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse" (AURAS, 1984, p. 41).

A aceleração desse processo de titulação de terras provocou desequilíbrio na estrutura populacional, ao mesmo tempo em que as relações de dominação se alterariam profundamente.

A partir da exploração da erva-mate e do início do ciclo da madeira, a terra passou a ser cobiçada e comprada, tomada ou ganha pelas companhias colonizadoras que, quase sempre, eram as mesmas que exploravam a madeira.

A retirada da riqueza natural permitia a penetração do agricultor oriundo, principalmente, do Rio Grande do Sul, pelos caminhos da extração da madeira. Em todo o Oeste houve um surto de desenvolvimento que influenciou uma grande massa de empresários e colonos a aplicarem seus recursos na aquisição de terras.

A propriedade de terra e a exploração da madeira, seguida de uma agricultura voltada à produção de excedentes, provocaram a exacerbação do conflito contra o posseiro, chamado de intruso.

Assim, o contingente de caboclos foi diminuindo cada vez mais, em função da penetração implacável da colonização, com propriedade privada da terra, o estabelecimento de divisas e a produção de excedentes.

Em função de sua filosofia de vida, contrária a esse processo de apropriação e acumulação, o caboclo foi esquecido e sua passagem é, para muitos municípios, um demérito ou algo a ser omitido da história oficial.

A colonização

A concessão de áreas de terra foi feita aos que dominavam política e economicamente a região e que tinham prestígio suficiente para influenciar decisões.

Observa-se que os favorecidos com as concessões dos governos estaduais, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina, sempre foram aqueles que tinham condições econômicas para promoverem a exploração. Nunca foram feitas concessões de tamanho pe-

queno e sim de áreas, normalmente tão grandes que atualmente perfazem o território de vários municípios.

Com a solução da questão do contestado (1916), a criação de municípios foi a primeira providência que o Estado de Santa Catarina tomou para confirmar a posse do território incorporado.

Pela Lei n.º 1.147 de 25 de agosto de 1917, o governador do Estado, Felipe Schmidt, cria os municípios de Mafra, Cruzeiro, Porto União e Chapecó. Este último com sede em Passo Bormann. A maior preocupação em Santa Catarina era integrar a sua economia à região, que até aquela época ainda não possuía ligações com o restante do Estado (SANTOS, 1977).

Para compreender o afastamento do Oeste em relação a Santa Catarina, é só observar o fato de que o primeiro Governador catarinense a visitar esta região foi Adolfo Konder, em 1929, muito tempo depois de ter sido conquistada pelos paranaenses.

Para que a ação estadual sobre a região pudesse ser mais efetiva, era necessário introduzir um processo de colonização, capaz de promover o povoamento e o desenvolvimento da área. Começa, então a fazer concessões de terras a empresas e pessoas que tivessem condições de atingir esse objetivo.

Ao mesmo tempo, emitia uma ordem para que as concessões feitas pelo Estado do Paraná fossem confirmadas e registradas no prazo de dois anos. Nessa Lei, de n.º 1.181, de 04 de outubro de 1917, o governador expedia a seguinte ordem:

Art. 1º - Todos os possuidores de terras com títulos expedidos pela Estado do Paraná ficam obrigados a registrá-los no prazo de dois anos, a contar de 1º de janeiro de 1918. Art. 2º - O registro deverá ser feito na Diretoria de Terras da Secretaria Geral, mediante despacho do governador, a quem os interessados dirigirão os requerimentos, por intermédio das agências de terras. Parágrafo Único - Os requerimentos devem ser instituídos com o título, planta, memorial e mais documentos necessários para verificação da veracidade da concessão, da área, limites e situação dos terrenos. Art.

3º - Sempre que houver qualquer dúvida relativa aos limites, confrontações a área de terreno, se procederá a uma verificação técnica, correndo as despesas por conta do requerente, quando provada qualquer inexatidão do que alega ou documenta (apud PIAZZA, 1982).

Pelo texto acima referenciado, observa-se que era necessário um grande nível cultural para poder cumprir a exigência da regularização do registro, que precisava ser instruído com processos completos.

Sem dúvida, os benefícios desta Lei foram para aqueles que possuíam grandes concessões, enquanto que os outros viam suas terras consideradas devolutas e fazendo parte de novas concessões, como ocorreu com parte das concedidas pela Colônia Militar de Chapecó.

Embora, à época da criação do Município de Chapecó, houvesse poucos proprietários de terras, e a maioria deles possuíam grandes áreas, já existia grande quantidade de caboclos habitando a região com direito a possuírem a terra que exploravam pela moradia fixa de muitos anos e por comprovarem, pelas roças, que habitavam ali o tempo necessário para legalizar a propriedade. O artigo 2º, da Lei acima mencionada, previa instrução do processo com títulos e documentos necessários para comprovar a concessão. Para quem quisesse requerer a legislação de posse, tornava-se mais difícil o processo. O que mais pesava na regularização das posses era o pagamento das despesas de medição, necessária por não haver limites definidos.

A partir da regularização das posses antigas, o Governo Estadual começa a fazer concessões às colonizadoras, concentrando-as a partir do ano 1919, que marca, também, o início da organização das primeiras empresas de colonização.

Ao mesmo tempo, as frentes agrícolas vão se avolumando e diversificando, as pequenas cidades tomando corpo. O Oeste começa a despontar por sua grande produção agrícola e pecuária.

A industrialização dos produtos agrícolas começa a diversificar as atividades. Os frigoríficos espalham-se pela região, iniciando por Chapecó, que se torna o principal pólo do desenvolvimento.

A evolução da agroindústria se deu a partir do aumento da produção, pelas facilidades encontradas na comercialização. Os moinhos, as serrarias e os frigoríficos vão formando a nova realidade regional.

A ação das colonizadoras, atuando, principalmente, em função de uma colonização fundamentada na propriedade da terra e com elementos de origem italiana e alemã, do ponto de vista econômico, foi efetivamente um sucesso.

A população existente à época da colonização

Por volta de 1920, segundo a descrição de BREVES (1985), o município de Chapecó era habitado, principalmente em Xanxerê, Passo Bormann, distrito de Abelardo Luz, nos ervaais da fronteira com o Paraná, em Campo Erê e Barracão. A população, conforme o mesmo autor, era formada quase toda por caboclos, ou melhor, brasileiros da “velha estirpe”. No relato que faz, os coloca como descendentes de indígenas (embora bastante distantes), ao passo que os elementos de outras origens eram pouco presentes: alguns italianos, alemães e poucos sírios. Pretos eram raríssimos.

A população se espalhava por outras localidades, como Passo do Índios (atual Chapecó), Fachinal do Tigre, Goio-Em, embora pouco numerosa. Este quadro mudará com a implantação dos primeiros projetos colonizadores. Além dessa ação, deve ser reconhecida também a importância da indústria madeireira na introdução de elementos de diferentes origens, destacando-se o Rio Uruguai como elemento básico de comunicação e transporte.

Poder-se-ia caracterizar da seguinte forma a população existente à época da colonização:

a) Indígenas: a área era tradicionalmente ocupada pelos índios Kaingang que tinham seus núcleos em todo interior. As marcas de sua passagem são muitas. Desde a formação das colônias nos Campos de Palmas, até a construção da estrada para Missões e Corrientes, esteve presente a mão-de-obra indígena, representada pelo índio

Vitorino Condá, que comandava muitos Kaingangs. Estes índios, desde que chegaram os portugueses, ou melhor, os brasileiros (paulistas, principalmente) para ocupar os Campos de Guarapuava, começaram a ser expulsos, quer pela ação violenta dos novos ocupantes das terras, quer pela aversão que os índios tinham aos novos recém-chegados, que possuíam princípios muito diferentes.

b) Os caboclos: formavam a grande maioria da população. Sua origem, é bastante confusa, pois, como se viu ao longo deste estudo, não há determinante básico que tenha fundamentado à vinda de todos eles. Supõe-se que esses primeiros habitantes chegaram à região através da busca da erva-mate, que foi explorada desde o início do século XIX. "A colonização do Oeste levou para a região o sistema de competição e de busca do lucro. Não interessava que os sertanejos haviam sido responsáveis pelo desbravamento inicial da região. A preocupação agora era explorar os recursos florestais: era cultivar o solo agressivamente" (SANTOS, 1977, p. 106).

Por essa situação de vida, os caboclos começaram a alimentar muita aversão aos colonizadores de origem por de serem os promotores dessa nova situação e por serem, normalmente, os que lhes impunham a condição de intrusamento.

Em muitos casos, como conta o já citado medidor de terras, BREVES (1985), os proprietários eram impedidos de explorar as suas terras porque os caboclos os impossibilitaram de ter acesso. As reações dos caboclos, porém, foram muito esparsas, sem constituir um movimento generalizado de revolta. A maioria deles respeitava muito esses colonizadores e madeireiros por serem mais instruídos e por terem condições de lhes dar algum dinheiro em troca de trabalho.

Os brasileiros, que habitavam as áreas concedidas às colonizadoras, perderam completamente os seus direitos de ocupação. A especulação imobiliária e a penetração dos imigrantes foi se acentuando cada vez mais, até atingir todo o espaço regional.

c) Os colonizadores: No oeste catarinense, as velhas colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul foram fundamentais para a

ocupação das terras. Praticamente, todas as empresas colonizadoras tiveram origem no Estado do Rio Grande do Sul, e já foram formadas com a finalidade de colonizar as áreas e explorar a madeira. Pela sua origem, conseguiram uma eficiente forma de propaganda nos locais mais populosos e, principalmente, onde as comunidades eram formadas predominantemente por agricultores. Aos donos de muitas empresas de colonização interessou promover a vinda de pessoas da mesma origem étnica.

Um exemplo claro dessa preferência por elementos de mesma origem étnica é Itapiranga, onde praticamente só foram morar pessoas de origem alemã e quase só católicos. Em Mondai, o exemplo é similar com a variante de que a religião desses imigrantes não era católica.

Os colonos que viveram na região Oeste eram predominantemente italianos e alemães, ou de origem alemães ou italiana. Formaram uma nova camada populacional que tinha como característica fundamental a busca da propriedade da terra, a realização e a formação de indústrias diversas, como moinhos, serrarias, e a instalação de pequenos comércios.

Basicamente, em todas as comunidades que vinham sendo formadas, surgiram diversas atividades, visando dar todas as condições para que seus novos habitantes pudessem ter relativo conforto. Como pontos de atração para os colonos, eram construídas estradas, facilitando as aquisições das terras e, muitas vezes, até financiando as despesas de transporte.

A indústria madeireira desenvolveu-se muito à medida que os colonos foram se instalando, pois as terras eram desbravadas e a madeira vendida. O baixo preço era compensado pela abundância do produto comercializado.

Em outros locais, as colonizadoras exploravam as madeiras mais nobres e vendiam as terras aos colonos. Foram surgindo diversas serrarias em todas as comunidades, com uma intensa atividade de derrubada e comercialização do produto.

Quem foi o caboclo

O caboclo sempre teve sua vida à margem de sociedade, servindo de mão-de-obra a fazendeiros, ervateiros e madeireiros.

Embora representassem a maioria da população, os caboclos sempre foram despossuídos. Raramente conseguiam obter a propriedade de uma pequena área de terra, para se manterem com suas pequenas roças caboclas.

Internar-se, demasiadamente, pelo sertão acarretaria enormes dificuldades para a conservação de manufaturados básicos, como o sal, pimenta, querosene, temperos. Era necessário conseguir munição para a caça, fonte básica de alimentação. Embora BREVES (1985) afirme que os caboclos raramente comiam carne, a não ser em churrascos, o depoimento de diversos caboclos que viveram no interior contradizem esta informação, visto também a facilidade que tinham em conseguir uma dieta fundamentada em carne.

Na medida em que a colonização chegava, o caboclo ia internando-se cada vez mais, formando o que antes definiu-se como a “frente da frente” de colonização, em busca de um local onde pudesse viver em paz.

Permanecer em sua região poderia significar o despejo ou a miséria, pelos baixos salários ou pelo pagamento inadequado dado trabalhadores.

Rui WACHOWICZ (1985), quando fala dos caboclos, faz algumas considerações muito importantes:

- para ser considerado ou classificado como caboclo, precisa apenas ter sido criado no sertão, ter hábitos e comportamento de sertanejo e pele de cor mais ou menos escura;

- a grande maioria dos caboclos era o que se poderia classificar de pobres, possuíam 5, 6 ou, no máximo, 8 alqueires de posse;

- viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu. Muitos cobriam com taboinhas lascadas, normalmente de pinheiro, por serem mais fáceis de rachar. O assoalho só apareceu depois da instalação das serrarias;

- Geralmente possuíam cavalo encilhado, roupa para vestir aos domingos (domingueiras), duas pistolas e facão.

Por outro parte, o senhor Teodomiro de Aguiar e Silva assim descreve o caboclo: "A maioria era português. Tudo gente boa. Veio do Rio Grande e outra parte do Paraná. Tinha (caboclo), tinha bastante. E uma parte bugre, que mestiço também. Tinha muito mestiço aqui"¹².

Essa fala refere-se à região de Xanxerê e permite deduzir a presença dos seguintes elementos:

- o branco de origem portuguesa, chamado pelo entrevistado de português;

- o caboclo, normalmente luso-brasileiro, de cor morena, chamado de "negro" pelos colonizadores;

- o mestiço representa os descendentes de índios, cruzamento com o caboclo ou com o branco;

- o bugre que era indígena, ou, pelo menos, de origem indígena.

Esses elementos formadores de Xanxerê são, também, os formadores das populações de muitas outras comunidades do interior.

Conceituar o caboclo, realmente, é uma tarefa difícil. Os autores que definem ou tentam definir, esforçam-se em determinar suas origens étnicas, buscando raças básicas que o formaram. Alguns autores, contentam-se em defini-lo como resultante da miscigenação do branco com o índio. Outros colocam-no como cafuso, mameluco ou mulato.

Na realidade, o caboclo do Oeste não é simplesmente originário de cruzamento racial puro, mas do cruzamento de indivíduos já miscigenados.

O mais importante é saber que a conceituação de caboclo é muito mais social e econômica do que racial.

Conforme Wenceslau de SOUZA BREVES (1985), são brasileiros antigos, de origem indefinida, isto é, a maioria da população da época (1920-1924) que se dedicava à pequena agricultura ou era assalariado.

Se melhorasse a sua condição de vida, tornando-se proprietário, comerciante, ou pequeno industrial, deixava de ser chamado de caboclo (BREVES, 1985). Esta é uma realidade que se constata em diversos locais, onde os caboclos que conseguiram alguma forma de enriquecimento passaram a denominar-se portugueses ou brasileiros e não mais admitiam a denominação de caboclos.

Além disso, alguns filhos de caboclos que tiveram acesso à instrução e que conseguiram completar estudos de mais alto grau também deixaram de denominar-se dessa forma.

Basicamente, o caboclo é conceituado como luso-brasileiro e sua condição fundamental de reconhecimento é ser pobre e viver toscamente.

Caboclo versus colonizador

O relacionamento com o colonizador, no início, sempre foi bastante complicado, principalmente quando envolvia a necessidade de desocupar a sua posse para dar lugar ao novo proprietário. O imigrante que adquirira a terra era chamado de “gringo”, expressão que mais tarde veio denominar apenas o descendente de italianos. A forma mais generalizada de denominação não-depreciativa era “de origem”.

A rivalidade inicial ia, normalmente, cedendo lugar a uma amizade bastante firme, embora fosse mesclada com alguma dose de desconfiança e permanecendo sempre a situação de superioridade do elemento “de origem” (WACHOWICZ, 1985).

Os casamentos entre os caboclos e os “de origem” foram ocorrendo paulatinamente, de forma bastante vagarosa, vencendo, pouco a pouco, o preconceito entre os elementos.

A maior diferença existente entre o caboclo e os “de origem”: é a diferença cultural. Muitas famílias de descendentes de italianos ou alemães, até hoje, não admitem que seus filhos e filhas casem com elemento caboclo. As razões são diversas, mas pode-se destacar algumas:

- o caboclo é considerado inferior por não trabalhar da mesma forma que eles e por ser normalmente pobre;
- é considerado arruaceiro ou de pouca confiança, à medida que se ouvem expressões como: “parece gente branca de tão bom que é”;
- quase sempre as pessoas, principalmente no comércio, impõem diversas dificuldades para vender a crédito para as pessoas morenas, consideradas caboclos.

O preconceito contra o caboclo. Também existe ao inverso, isto é, caboclo tem desconfiança em relação aos “de origem”: “Marcílio Teixeira Sobrinho ao falar de um elemento de origem italiana disse que o mesmo era gringo, mas um homem muito bom”.¹³

Po isso, percebe-se que os laços de amizade entre os dois segmentos podem existir, mas raramente eliminam as desconfianças mútuas e as diferenças. De tal forma que, para dizer que um indivíduo do outro segmento é bom, utilizam virtudes comparativas ao seu próprio segmento: Do ponto de vista, posse e uso da terra, os caboclos dividem-se em:

- **Agregados:** “Nas grandes propriedades havia os agregados que ali residiam com sua famílias. Arrebanhar os animais, criados soltos... consistia o dia-a-dia desses homens. As chances de ascensão eram praticamente nulas.” (AURAS, 1984, p: 28)

Nas fazendas de criação de gado, a função do agregado era arrebanhar o gado criado solto, mas no Oeste catarinense esse sujeito mudou sua conceituação básica. Passou a ser um agricultor que trabalha terras de terceiros, por arrendamento ou parceria,. Normalmente mora em algum canto da propriedade, e paga ao dono da propriedade parte de sua produção, que pode chegar de 30% a 50%. Atualmente, esses agregados são considerados perigosos em função da possibilidade de utilizarem-se do direito do usucapião. Por isso, os proprietários das terras utilizam-se de diversos estratégias para evitar essa possibilidade. Alguns só dei-

xam que o agregado more no local, no máximo, três anos, ou, como observado em propriedades mais amplas, o agregado é obrigado a mudar-se de um local para outro, dentro da propriedade, praticamente todo ano.

- **Posseiros:** Homens sem terra construíam suas toscas moradias em áreas devolutas e tinham na coleta da erva-mate seu principal ganha-pão (ibidem).

Marli Auras continua dizendo que vendiam essa erva na bo-dega mais próxima para conseguir os víveres necessários para à sobrevivência.

Em algumas regiões, principalmente nas fazendas de criação, a presença dos posseiros era inicialmente vista com certa simpatia por fornecerem alimentos básicos para as fazendas. Isso, principalmente, pelo preconceito que se formou contra a atividade agrícola. Era de muito maior “status” trabalhar como peão de estância ou condutor de tropas do que ser agricultor (WACHOWICZ, 1985).

Com algumas exceções, como Itapiranga e São Carlos, a grande maioria dos municípios teve seu início através da ocupação do posseiro antes da colonização das áreas.

Quando as concessões generalizaram-se em toda a região, o posseiro passou a ocupar terras cujos donos eram as Grandes Companhias Colonizadoras. Em Campo Erê, os posseiros ocuparam uma extensa área da Companhia Territorial Sul Brasil, bem como em Modelo. Para esses caboclos, havia constante preocupação com a possibilidade de expulsão, principalmente depois que as Companhias começaram a vender glebas para imigrantes com intenção de explorar a madeira e promover a colonização. A maioria das colonizadoras, quando recebeu a concessão, comprometeu-se a colonizar as áreas em determinado prazo e isto fez com que vendessem as partes das suas concessões que não podiam mais explorar ou que teriam maiores dificuldades para comercializar.

Com o passar dos anos, o processo de expansão tornou-se cada vez mais violento em função da grande valorização das terras e da madeira nelas existentes. Se o posseiro residia em área devoluta em que havia erva-mate, só poderia colhê-la e trocá-la por um pagamento ínfimo, para conseguir dinheiro e comprar alimentos para sua família. E o comprador era, geralmente, o dono de bodega. Para o posseiro, a erva-mate só tinha valor na medida que houvesse esse comprador a quem entregar a colheita.

A constatação da situação de pobreza medida pelo próprio caboclo, em confronto com a exploração exercida pelo fazendeiro, dá certeza de que ele sentia a sua situação de miséria e que o grande dono era, também, dono de suas vidas. A afirmação de que muitos eram bons, demonstra que o relacionamento era, de certa forma, amenizado pelo “compadrio” que provocava o aquietamento da revolta do posseiro pela dependência para sobreviver. Normalmente, a nível de Paraná. O caboclo não resistia a uma proposta de compra de sua posse. Era só o colono, vindo do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, fazer uma proposta e, o negócio se concretizava. Duas são as razões que faziam com que o caboclo se desfizessem de suas posses no Sudoeste:

- a) o pleno conhecimento de que sem escritura a terra não era dele. Portanto, o controle através de posse era instável e inseguro. A lembrança do ocorrido no ex-Contestado, quando os posseiros foram expulsos pela polícia particular do Brazil Railway Co., estava presente;
- b) a impossibilidade de convivência do seu sistema de criação de porcos, soltos na plantação de milho, com o da agricultura intensiva praticada pelos colonos sulistas (WACHOWICZ, 1985, p. 86).

O pleno conhecimento de que não possuíam condições de questionar a propriedade de quem possuía documentação, fez do caboclo um retirante. Sua pequena roça, sua pequena criação e sua casa tosca, normalmente, facilitavam a retirada. Não só no Sudoeste-

te paranaense, mas também no Oeste catarinense essa realidade esteve presente. Breves, citado anteriormente, como representante da Comissão de Terras, tinha o conceito de que o caboclo preferia ser o posseiro. Sua posição fica prejudicada em função de sua ligação com o sistema de concessões e com o sistema de vendas das terras para conseguir seu pedaço de terra. Os **peões**: “Eram ... homens da inteira confiança do Coronel, estando sempre à sua disposição, como uma espécie de força paramilitar, prontos para agir, nas ocasiões em que a situação exigia defesa.” (AURAS, 1984, 6.28).

O peão da fazenda tinha essa função mas, se observarmos a evolução de sua definição, perceberemos que houve uma alteração profunda em sua atividade. À medida em que o capitalismo evoluiu e que a exploração madeireira começou a se expandir, o peão passou a ser aquele que desempenhava os trabalhos de cortador, arrastador e serrador de madeira, além de ser o balseiro a conduzi-la pelo rio Uruguai. Esses peões poderiam ser temporários ou fixos, ou mesmo, de funções avulsas, isto é, para trabalhos eventuais. Os balseiros, principalmente, tinham funções apenas temporárias. Eram chamados na medida em que as águas subiam e atingiam o nível para o transporte de madeira através de balsas. Muitos deles, porém, eram, ao mesmo tempo, cortadores, arrastadores, serradores e balseiros. Com o crescimento do número de serrarias, principalmente após a sua interiorização, passaram a ser a principal mão-de-obra, normalmente barata, por gravitar ao redor da empresa em busca de atividade.

Com o início da utilização do caminhão no transporte de madeira, as serrarias puderam interiorizar-se para locais antes impossíveis de chegar em face da inexistência de rios ou pela distância excessiva.

A partir do surgimento dessas serrarias, muitos núcleos foram se formando, normalmente ao redor das serrarias. Muitas vezes, o proprietário da serraria, para atrair trabalhadores, oferecia casas para morar, construídas por ele ao redor do pátio da indústria. Os salários pagos eram quase sempre baixos, não ensejando muitas perspectivas de avanço sócio-econômico e, muito menos, de autonomia.

As condições de trabalho eram muito ruins. O peão não contava com assistência médica e social e nem amparo legal para suas reivindicações. Tinha que se sujeitar às leis determinadas pelo patrão por depender dele para sua sobrevivência. Trabalhava enquanto tinha condições físicas para isso, mas se envelhecesse ou sofresse algum acidente, era “despachado” sem indenização alguma e sem proteção ou perspectiva. Grande parte desses trabalhadores nunca foram registrados oficialmente como empregados e sua existência só era sentida na medida em que estivessem trabalhando. Embora já bastante diminuído pelas novas relações capitalistas, existia ainda a relação de “compadrio”, mas já sem aquele sentido básico de proteção e de afilhamento.

Os **caboclos colonos**: Muitos colonos possuíam, além de suas lavouras, um trabalho eventual como peão de alguma madeireira ou cortador de erva de algum ervateiro. No tempo da erva-mate, a propriedade privada da terra era um privilégio de poucos, e, muitos posseiros, durante o período em que não tinham atividade na sua roça, iam cortar erva para os ervateiros e grandes comerciantes. Com o desenvolvimento do ciclo da madeira, houve uma grande valorização da propriedade da terra e grande número de colonos começou a penetrar na região. Esses colonos proprietários já estavam enquadrados na faixa de produtores de excedentes a serem, colocados em mercado consumidor.

Havia, também, os posseiros de áreas devolutas ou de companhias colonizadoras que se dedicavam à produção de suínos de “safra”. Criavam suínos soltos em roças de milho e quando estavam gordos, os conduziam aos locais de comércio para vendê-los. Nos períodos de entressafra, exerciam as funções de peões de madeireiros como derrubadores, arrastadores, serradores ou balseiros. Grande parte dos balseiros que conduziam a madeira para ser comercializada na Argentina através do rio Uruguai eram colonos, como Gentil Arnoldo Pedrotti, que fez muitas viagens até o porto de São Borja, no Rio Grande do Sul.

A evolução do mercado dos produtos agrícolas fez com que esses colonos buscassem uma diversificação maior na produção agrícola, afastando-se dos trabalhos eventuais, por serem muito mal remunerados pelos donos de madeiras. Com o definitivo afastamento desses colonos de origem, o peão passou a ser quase que totalmente de origem cabocla, razão pela qual o conceito de “peão” passou a referir-se a uma relação de trabalho que unia o caboclo ao colono “de origem”.

Ao dono do capital, da terra, das indústrias de erva e da madeira interessava maximizar os lucros e concentrar cada vez mais o seu poderio econômico que se traduzia também em domínio político. Essa situação deveria ser mantida a qualquer custo, através de vendas lucrativas, minimização de custos, compensação de despesas.

O trabalhador, por sua vez, trabalhava para conseguir a sobrevivência. Cuidava do gado, extraía a erva, cortava e transportava a madeira a troco de manufaturados, favores e um pequeno salário, que lhes assegurasse a condição mínima para sobreviver. Em todas as fases, caracterizou-se como despossuído, posseiro de terras que não eram suas, analfabeto, explorado.

A situação de isolamento, referida nas suas falas apresentadas em entrevistas, deixava o caboclo sem possibilidades de contatos mais constantes com comunidades evoluídas e com o comércio mais especializado. Em conseqüência disso, as comunidades interioranas passaram a ter uma forma de organização própria, fundamentada na necessidade dos seus elementos. “Há uma nova correlação de forças em constituição. A caminho de sua realidade a ordem capitalista desestrutura as tradicionais relações de dominação. E, neste movimento histórico, não tendo vez nem voz, o marginalizado homem sertanejo procura elaborar seu próprio modo de explicar e atuar sobre o mundo.”

Essa correlação de forças evidencia a passagem de uma estrutura coronelista, em que dominam fazendeiros, para uma estrutura capitalista, que tem, como dominadores, os empresários, desde os

donos de barbaquás até os donos de grandes áreas de terras que exploravam por conta a madeira ou a adquiriam dos proprietários das terras para serrá-las ou conduzi-las em toras para a Argentina, através das balsas do rio Uruguai.

Essa nova classe dominante provoca a queda das relações mais amenas entre agregados, posseiros, peões e fazendeiros e faz surgir uma nova ordem de relações de trabalho, que traz em seu íntimo a formação de um proletariado trabalhando a baixos salários para a produção de lucros aos donos da erva-mate ou da madeira.

O caboclo, cujas características comentamos, passou por todas as fases da economia, como espoliado e marginalizado do processo de criação de riquezas, reduzindo a executor das tarefas básicas que não traziam recompensas, a não ser um írisório salário que o tornava cada vez mais dependente e menos capaz de se livrar dessas algemas.

Considerações finais

As fases econômicas que ocorreram na região (criação de gado, exploração da erva-mate e madeira) sempre se caracterizaram pela forte concentração de capital financiador da economia.

Na criação de gado, os fazendeiros, elevados ao “status” de coronéis, os grandes empresários exportadores de erva-mate e os grandes donos de terra e de serrarias na fase da madeira, dominavam a região política e economicamente, transformando-a de tal forma que tudo era propriedade deles, inclusive as pessoas que para eles trabalhavam.

Desta forma, deu-se o afastamento sistemático do caboclo, visto como estorvo ao bom desenvolvimento das novas comunidades.

Na fase colonizadora, propriamente dita, é que começa a migração dos caboclos que circulam ao redor das pequenas serrarias, trabalhando como empregados baratos, proletarizando-se gradualmente.

A problemática analisada, mais do que uma certeza de entendimento da filosofia de vida e da situação do caboclo na região, suscita interrogações que precisam de complexas respostas e amplas pesquisas.

Para onde foi o caboclo, a partir do momento em que não havia mais terras livres para ocupar ?

Diversas hipóteses podem ser levantadas e serão ou não confirmadas pelas novas pesquisas.

Sabe-se, todavia, que existem localidades em que o caboclo predomina ou forma a maioria dos habitantes. Geralmente esses locais são de difícil acesso ou as terras são de difícil exploração agrícola. Urge efetuar um levantamento desses núcleos e, através de metodologia adequada, proceder a sua caracterização. Ainda hoje é possível encontrar caboclos como arrendatários e posseiros. Outros transformaram-se em pequenos proprietários. Provavelmente, poder-se-á encontrar caboclos nos movimentos de agricultores sem terra, que gravitavam em torno dos latifúndios.

Podem ser facilmente identificados alguns também na periferia das maiores cidades do Oeste. Resta saber, porém, se essas periferias foram formadas pelos caboclos em busca de empregos.

Paralelamente, sabe-se que muitos saíram em direção aos Estados do Norte, passando pelo Paraná, seguindo até o Mato Grosso e Rondônia, talvez, rumaram para o Paraguai.

É possível que muitas destas especulações dêem respostas às perguntas provocadas pelo estudo aqui desenvolvido. É fundamental, entretanto, que os historiadores oestinos se preocupem com todas essas possibilidades e desencadeiem pesquisas a respeito do caboclo, pioneiro esquecido, cuja memória merece ser recuperada e ter reconhecido seu papel no desbravamento regional.

Notas

* Artigo publicado nos Cadernos do CEOM v., n. (19) e reeditado no v. 5, n. 7.

** Jaci Poli é Pós-graduado em História (Convênio UFSC/FUNDESTE - 1987)

¹ Entrevista realizada com Teodomiro de Aguiar, por Tânia Maria Castelli Catalan em 13 de novembro de 1986, depositada no CEOM/FUNDESTE, p. 12.

² Aguiar, cit., p. 12

³ Idem, p. 14

⁴ Aguiar, cit., p.14

⁵ Idem, p. 13

⁶ Entrevista realizada com Maria Gertrudes Pedrozzo, por Maria Aparecida dos Santos, em 03 de março de 1987 depositada no CEOM/FUNDESTE.

⁷ Entrevista realizada com Maria Teixeira Sobrinho, por Jaci Poli, em 18 de janeiro de 1987 depositada no CEOM/FUNDESTE, p. 28.

⁸ Teixeira Sobrinho, cit., p. 07

⁹ Teixeira Sobrinho, cit., p. 31

¹⁰ Teixeira Sobrinho, cit., p. 12

¹¹ Idem, p. 15

¹² Teixeira Sobrinho, cit., p. 15

¹³ Teixeira Sobrinho, cit., p. 25

Referências

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**; a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: UFSC; São Paulo, Cortez, 1984.

BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: 3(6):07-73, 1985.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Toldo Chibanguê**: história e luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê: CIMI, 1984.

GAIGER, Júlio M. G. **Toldo Chibanguê**; Direito Kaingangue em Chapecó; análise jurídica. Xanxerê: CIMI, 1985.

MARTORANO, Dante. Desbravadores do Oeste Catarinense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis: 3(4): 307-13, 1982/83.

PEREIRA, Carlos Costa. A região das Araucárias; conquista, desvassamento, riquezas naturais e seu aproveitamento. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: 11(2): 31-69, 1943.

PIAZZA, Walter Fernando & HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina**, história da gente. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

POLI, Jaci. **Caboclo, pioneiro esquecido**. Chapecó: FUNDESTE 1987, p. 87 (Monografia)

ROSSETO, Santo. Síntese histórica da Região Oeste. **Cadernos do Centros de organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina**. Chapecó: 1(1): 7-11, 1986.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1974.

SILVA, Osmar R. da. Pioneiros Esquecidos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: 11(2): 27-9, 1943.

SILVA, Zedar Perfeito da . **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Lemmert, 1950.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**. Curitiba: Lítero Técnica, 1986.

Entrevistas

1. Entrevista realizada com Marcílio Teixeira Sobrinho, por Jaci Poli, em 18 de janeiro de 1987, depositada no CEOM/FUNDESTE, 31p.
2. Entrevista realizada com Maria Gertrudes Pedrozo, por Maria Aparecida do Santos, em 13 de março de 1987, depositada no CEOM/FUNDESTE, 33 p.

3. Entrevista realizada com Teodomiro de Aguiar, por Tânia Maria Castelli Catalan, em 13 de novembro de 1986, , depositada no CEOM/ FUNDESTE, 43 p.